

Lideranças acertam votar por consenso

As lideranças partidárias já fecharam acordo para a votação dos 80 incisos do artigo 5º, que trata dos Direitos e Deveres Individuais e

Côletivos — o maior da futura Constituição. Para acelerar a votação ficou definido que serão apreciados em uma única fusão — em bloco — todos os dispositivos em que há consenso, sendo votados em separados apenas os incisos que não foram passíveis de acordo, aproximadamente dez. Com isso, os líderes acreditam que será possível a conclusão desse artigo em apenas um dia, mas ninguém se arrisca em afirmar que hoje haverá votação, devido ao esvaziamento provocado pela ausência do deputado Ulysses Guimarães, que está no exercício da Presidência da República.

Acordo

Outra decisão importante foi anunciada pelo líder do PMDB, de-



putado Néelson Jobim (RS), aos partidos de esquerda: Nos pontos em que não existir consenso a liderança do maior partido na Constituinte votará pelo que foi acordado no primeiro turno. Isso significa que no caso da reforma agrária, por exemplo, a liderança do PMDB será favorável à supressão do dispositivo que exclui as terras produtivas. Além disso, essa decisão praticamente assegura a manutenção de todos os avanços nos direitos sociais, inclusive, a jornada máxima de seis horas para os trabalhos de turnos ininterruptos ou de revezamento e o pagamento de aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

A postura adotada pela liderança do PMDB também esvazia a tentativa da ala conservadora de retirar do texto constitucional os incisos que asseguram a aplicabilidade da Constituição em caso de inexistência de norma reguladora. O Centrão não fechou acordo no que diz respeito ao mandado de injunção, ação de constitucionalidade e, principalmente, ao inciso que prevê a aplicação imediata de to-

dos os princípios fundamentais, mantendo todos os destaques que suprimem esses avanços.

Supressão

Também não foi passível de acordo a supressão do direito de propriedade proposto pelos partidos de esquerda. Os dois destaques que suprimem esse princípio serão levados a voto. O direito de indenização em dinheiro para as desapropriações por necessidade ou utilidade pública também será apreciado em plenário. O grupo conservador não aceita a proposta de supressão do termo "em dinheiro".

As lideranças conseguiram chegar a um consenso em um tema considerado polêmico: a pena de morte. Ficou estabelecido que se for rejeitada a proposta da ala progressista que suprime a pena de morte em casos de guerra declarada, o dispositivo será remetido para o artigo que estabelece a competência exclusiva do Presidente da República para declarar guerra externa — não sendo permitida sua aplicação em guerra interna.

Sant'Anna volta às negociações

A revisão dos pontos que o Governo pretende alterar no segundo turno de votações, principalmente os dispositivos relativos à Previdência Social, foi o principal assunto da conversa que o deputado Carlos Sant'Anna teve ontem com o deputado Ulysses Guimarães, no Palácio do Planalto. Ulysses pediu ao líder do Governo que, a partir de hoje, entre em contato com o líder do PMDB na Constituinte, deputado Néelson Jobim (RS), para ver as possibilidades de acordo.

O mesmo conselho foi dado pelo presidente da Constituinte ao líder do PFL, deputado José Lourenço (BA). O deputado Néelson Jobim é, portanto, o político credenciado por Ulysses, para promover as conversações com as forças governistas. "Acho que vamos avançar nas negociações", prevê Lourenço, que ontem mesmo já se reuniu com o líder peemedebista. Ele não quis revelar o teor da conversa, nem os pontos sobre os quais pretendem trabalhar. afirmou, no entanto, que se os artigos referentes à Previdência não forem alterados, inviabilizarão rapidamente o orçamento do ministério.

Segundo Carlos Sant'Anna, as preocupações do Governo recaem sobre o artigo 240, que transfere parte da receita do PIS/Pasep para o seguro-desemprego.

Outros pontos que o Executivo pretende ver alterados são o artigo 63 das Disposições Transitórias — que remete para a seguridade parte da receita do Finsocial — e o dispositivo que concede ao deficiente e ao idoso que comprovem não ter meios para sustentarem-se, a quantia de um salário mínimo mensal. "Vamos trabalhar sobre os pontos que se referem à Previdência. O impacto econômico dos novos encargos será muito grande para o Governo", afirmou Sant'Anna.

Apesar do encaminhamento dado por Ulysses à questão convém lembrar que Renato Archer deixou o Ministério por discordar das afirmações de que o Governo não suportará o impacto dos benefícios previdenciários que a nova Carta trará. Mesmo assim, Sant'Anna informou que vai se discutir o assunto com Néelson Jobim e Almir Gabriel.



Aldori Silva

Ulysses pediu a Sant'Anna que negocie com o líder Néelson Jobim

"Se não leu, texto é ruim"

La Paz (De Celson Franco, enviado especial) — O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, afirmou ontem na cidade de La Paz, em conversa informal com jornalistas, que não se pode julgar a Assembléia Nacional Constituinte mas apenas opinar sobre seu trabalho, referindo-se à crise que envolveu, na última semana, o presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães.

Aureliano Chaves acrescentou que quem afirma que o projeto de Constituição é ruim é porque não leu o texto constitucional. O projeto em votação pela Constituinte, segundo o ministro das Minas e Energia, é bom, apesar de algumas correções necessárias.

Renúncia

Quanto a suas afirmações anteriores, de que deixaria o Ministério assim que fosse promulgada a Constituição, Aureliano Chaves adotou posição mais flexível, observando que "isso não tem data fatal".

Não retirou sua palavra de que deixará o Ministério após a promulgação do texto constitucional, mas argumentou que quando fez tal afirmação não se baseou no tempo, e sim em espaço político. Disse ainda que, além da Constituinte, sua "renúncia" depende de alguns entendimentos na área do Ministério das Minas e Energia.

O ministro Aureliano Chaves acha precipitada a discussão e, principalmente, o lançamento, agora, de candidaturas à Presidência da República, observando que, primeiro, é preciso ultrapassar algumas fases, como a elaboração e promulgação do projeto constitucional e as eleições municipais de 15 de novembro.

Avesso, pelo menos no momento, a falar do próprio nome como candidato e de Leonel Brizola, Orestes Quércia e Ulysses Guimarães, argumenta que "cada um tem a sua maneira de fazer política". Do que ele tem certeza é que as eleições de 15 de novembro não serão tão benéficas ao PMDB, como foram as de 86.

A Constituinte, segundo Aureliano Chaves, não deve funcionar como o Plano Cruzado, que "ofereceu o céu para quem estava no inferno". Ele está convencido de que isto foi prejudicial, tanto ao PMDB, que teve uma vitória artificial em alguns Estados, quanto ao País.

O ministro das Minas e Energia reconhece — e não poeria ser de outra forma — a crise vivida pelo País. Mas entende que não existe alternativa que não a sua superação. A crise entre o Governo e a Constituinte, afirmou, "também será superada, até porque não temos outra opção", concluiu.